



Os impactos da pandemia de Covid-19 na insegurança alimentar e nutricional de mulheres monoparentais

Altacir Bunde

Universidade Federal do Pampa – Sant’Ana do Livramento – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2308-9541>

Cassiane da Costa

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS – Unidade de Sant’Ana do Livramento – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4099-0972>

Vanessa Rabelo Dutra

Universidade Federal do Pampa – Sant’Ana do Livramento – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2841-8495>

Silvia Amelia Mendonca Flores

Universidade Federal do Pampa – Sant’Ana do Livramento – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0424-8375>

Resumo

A pandemia provocada pelo coronavírus trouxe impactos para a economia global, empobreceu grande parte da população mundial e gerou incertezas em relação às políticas econômicas e sociais. Além disso, aumentou a frequência da insegurança alimentar. Este artigo teve como objetivo analisar a insegurança alimentar e nutricional nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres que receberam o Auxílio Emergencial no município de Sant’Ana do Livramento– Rio Grande do Sul. Busca ainda abordar questões relacionadas à monoparentalidade feminina; o perfil destas mulheres; o isolamento social, trabalho e renda durante a Pandemia de Covid-19. Os procedimentos metodológicos adotados seguiram os seguintes passos: na primeira etapa foram coletados dados secundários do CadÚnico; na segunda etapa foram aplicados 235 questionários estruturados para uma amostra aleatória. Como resultados, observa-se que o Auxílio Emergencial, embora tenha sido importante, não foi uma medida suficiente para superar a condição de insegurança alimentar e nutricional das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, pois a pandemia de Covid-19 agravou a situação financeira destas famílias. De forma prática, os resultados contribuem para o estabelecimento de políticas de apoio a populações vulneráveis, incentivando a gestão financeira e garantia de segurança alimentar.

Palavras-chave: Sant’Ana do Livramento– RS; Covid-19; Monoparentalidade feminina; Auxílio Emergencial; Insegurança alimentar e nutricional.

The impacts of the covid-19 pandemic on food and nutritional insecurity of single-parent households

Abstract

This article aims to analyze the impacts caused by the Covid-19 Pandemic on food and nutritional insecurity in single-parent families headed by women who received the first installments of Emergency Aid in the municipality of Sant'Ana do Livramento- RS. It also seeks to address issues related to female single parenthood; the profile of these women; the social isolation, work and, income of these women during the Covid-19 Pandemic. The adopted methodological procedures followed the following steps: in the first stage, secondary data were collected from CadÚnico; in the second stage, 235 structured questionnaires were applied. As a result, it is observed that the Emergency Aid, although it was important, was not a sufficient measure to overcome the condition of food and nutritional insecurity of single-parent families headed by women as the Pandemic of Covid-19 has worsened the financial situation of these families.

Keywords: Sant'Ana do Livramento– RS; Covid-19; Female single parenthood; Emergency Aid; Food and nutrition insecurity.

Impactos de la pandemia de covid-19 en la inseguridad alimentaria y nutricional de mujeres monoparentales

Resumen

La pandemia causada por el coronavirus tuvo impactos en la economía global, empobreció a gran parte de la población mundial y generó incertidumbre en cuanto a las políticas económicas y sociales. Además, aumentó la frecuencia de la inseguridad alimentaria. Este artículo tuvo como objetivo analizar la inseguridad alimentaria y nutricional en familias monoparentales encabezadas por mujeres que recibieron el Auxilio de Emergencia en la ciudad de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. También busca abordar cuestiones relacionadas con la monoparentalidad femenina, el perfil de estas mujeres, el aislamiento social, el trabajo y los ingresos durante la pandemia de Covid-19. Los procedimientos metodológicos adoptados siguieron los siguientes pasos: en la primera etapa se recopilaban datos secundarios del CadÚnico; en la segunda etapa se aplicaron 235 cuestionarios estructurados a una muestra aleatoria. Como resultados, se observa que el Auxilio de Emergencia, aunque fue importante, no fue una medida suficiente para superar la condición de inseguridad alimentaria y nutricional de las familias monoparentales encabezadas por mujeres, ya que la pandemia de Covid-19 empeoró la situación financiera de estas familias. En términos prácticos, los resultados contribuyen al establecimiento de políticas de apoyo a poblaciones vulnerables, fomentando la gestión financiera y la garantía de seguridad alimentaria.

Palabras clave: Santana do Livramento - RS; Covid-19; Monoparentalidad femenina; Auxilio de Emergencia; Inseguridad alimentaria y nutricional.

1 Introdução

A pandemia do COVID-19 devastou a economia global, o que empobrecer a grande parte da população mundial. Além disso, a pandemia gerou algumas incertezas em relação às políticas econômicas e sociais (ASARE VITENU-SACKEY; BARFI, 2021). O evento pandêmico também impactou a vida das pessoas em todo o mundo em diferentes sentidos, seja no âmbito da saúde, do trabalho e da renda.

Entretanto, esses efeitos não são distribuídos igualmente, atingindo grupos sociais de maneira diferenciada, em especial, nos países em desenvolvimento (ZHAO *et al.*, 2022).

Devido a situação de vulnerabilidade, as mulheres da classe trabalhadora que são provedoras de famílias monoparentais foram especialmente atingidas (ASARE VITENU-SACKEY & BARFI, 2021; BLUNDELL *et al.*, 2020). O entrelaçamento de opressões de gênero, raça e classe social, somado à condição de responsabilidade de prover o sustento de dependentes, potencializou os efeitos da pandemia. Conforme Viveiros de Castro e Almeida (2021), nessa estrutura monoparental, a mulher é onerada com o cuidado, criação e sustento integral dos(as) filhos(as), sendo que a maioria das famílias monoparentais brasileiras são lideradas por mulheres e que as famílias negras sofrem ainda mais o peso das desigualdades.

Essas mulheres chefes de família enfrentaram desafios adicionais, como a busca por um local para deixar os(as) filhos(as) em segurança durante o período com restrições sanitárias para trabalhar. Por outro lado, como muitas dessas mulheres são trabalhadoras domésticas, especialmente faxineiras, tiveram que enfrentar restrições como o impedimento de sua entrada nas casas diante do medo de propagação do vírus. De forma geral, as taxas de desemprego afetaram mais as mulheres (ALON *et al.*, 2020; CARLI, 2020), as quais perderam ou diminuíram substancialmente suas fontes de renda por efeito da crise econômica causada no período.

Com as adversidades ocasionadas pela pandemia, as populações mais vulneráveis foram impactadas pela insegurança alimentar (LABORDE; MARTIN; VOS, 2020; VALENSISI, 2020). A insegurança alimentar é um desafio global, sendo conceituada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2013) como uma situação que existe quando as pessoas não têm acesso seguro a quantidades suficientes de alimentos seguros e nutritivos para o crescimento normal e desenvolvimento e uma vida ativa e saudável.

Os dados sobre a fome, constantes no II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, publicado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN (2022), mostram que o acesso das famílias aos alimentos vem se reduzindo. Nos domicílios onde a mulher era a pessoa responsável pela família, a situação se agravou ainda mais. Enquanto 47,9% de segurança alimentar estavam presentes em domicílios que tinham homens como responsável, nos domicílios onde as mulheres eram a referência a segurança alimentar estava presente em apenas 37,0%. Ou seja, 63,0% dos domicílios onde uma mulher era a responsável estavam em algum nível de insegurança alimentar e 18,8% apresentavam situação de fome.

Para mitigar esses problemas de insegurança alimentar no Brasil, causados pela pandemia de Covid-19, o país Brasil adotou políticas de transferência de renda no sentido de mitigar os impactos socioeconômicos, causados pelo isolamento físico social, sobre a população mais vulnerável. Dentre as medidas adotadas, a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, estabeleceu medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental. A referida lei prevê que a mulher provedora de família monoparental receba 2 (duas) cotas do auxílio emergencial (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar os impactos causados pela pandemia de Covid-19 na insegurança alimentar e nutricional nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres que receberam o Auxílio Emergencial do Governo Federal. Especificamente, também pretende-se abordar questões relacionadas à monoparentalidade feminina; ao perfil destas mulheres; o enfrentamento do isolamento social, bem como o trabalho e renda. A pesquisa tem três contribuições.

Primeiro, evidencia o perfil das mulheres que receberam o auxílio emergencial, sendo um aspecto importante para compreender os efeitos do choque econômico ocasionado pela COVID-19 em populações mais vulneráveis. As restrições econômicas e sociais impostas pela pandemia agravaram as desigualdades pré-existentes ao longo de dimensões como gênero, etnia, idade e geografia (BLUNDELL *et al.*, 2020). Assim, no âmbito da monoparentalidade, as mães solteiras são mais vulneráveis e parecem menos assistidas pelos formuladores de políticas públicas (RAHMAN, 2021).

Segundo, a pesquisa evidencia a situação de trabalho, renda e isolamento social das mulheres monoparentais. É crucial entender o impacto da pandemia e sua resposta em domínios-chave da vida, tais como, emprego, capacidade para o trabalho, responsabilidades domésticas em famílias com filhos, educação e saúde (BLUNDELL *et al.*, 2020). A segregação de gênero nas ocupações pode afetar diferentemente homens e mulheres. Mulheres já realizam mais trabalhos de cuidado não remunerado, sendo que durante a pandemia, não estão apenas sendo demitidas em taxas mais altas do que os homens, mas sacrificando seus empregos para atender as demandas domésticas e de cuidados com filhos e parentes (FORTIER, 2020). Ainda, ao considerar que, se as ocupações dominadas por mulheres são mais prováveis de serem caracterizadas como “essencial”, o trabalho das mulheres pode expô-las a um maior risco de infecção e estresse relacionado ao trabalho (CARLI, 2020).

Terceiro, o trabalho contribui para a literatura de insegurança alimentar e nutricional, em especial, por analisar um período de crise. O estudo avança na fronteira do conhecimento ao evidenciar os impactos da pandemia na insegurança alimentar e nutricional de populações mais vulneráveis, como as mulheres monoparentais. De forma geral, as restrições das famílias monoparentais influenciam na insegurança alimentar. Restrições de tempo em função do trabalho das mães solteiras, alto custo de alimentos nutritivos e um orçamento limitado tornam-se barreiras para o acesso a melhores alternativas de dieta e alimentação mais saudável (SARKAR; TRAVERSO-YEPEZ; GADAG, 2020).

O município de Sant’Ana do Livramento faz parte da região da Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul. Limita-se ao Norte com municípios gaúchos e ao Sul com o Departamento de Rivera, Uruguai. O município está inserido no Bioma Pampa, localizado a 498 km da capital do Estado, Porto Alegre, e possui, conforme estimativa do IBGE (2020), 76.321 habitantes. Como município fronteiro com baixo IDH 0,727 (PNUD/2010) e alto percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, torna-se um caso interessante para estudo neste tema.

O trabalho está estruturado em cinco seções, iniciando por esta introdução. A segunda seção apresenta uma discussão sobre a monoparentalidade feminina. Na

terceira seção é apresentado o método do estudo. Na quarta parte são os resultados e discussões e, por fim, as conclusões.

2 Monoparentalidade feminina e a insegurança alimentar

Em 2015, as famílias de configuração monoparental feminina correspondiam a 26,8% dos arranjos familiares com filhos no Brasil (MACHADO *et al*, 2021). Família monoparental pode ser caracterizada como um arranjo familiar em que há a presença somente de um(a) genitor(a). Além disso, este(a) é responsável pelo lar e pelo sustento, pela educação e cuidados dos(as) filhos(as). Cabe destacar que a família monoparental nem sempre foi vista dessa forma, e ganhou maior destaque e visibilidade a partir da década de 1960 (Oliveira & Carvalho, 2018). A Inglaterra foi o primeiro país a abordar o tema por meio de levantamentos estatísticos. Mas foi em 1981, na França, que a monoparentalidade foi utilizada em um estudo do Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos (INSEE), para descrever famílias constituídas por um(a) progenitor(a) solteiro(a), separado(a), divorciado(a) ou viúvo(a) e sua prole (SANTOS & SANTOS, 2008).

A família monoparental foi reconhecida como um tipo de família pelo Direito brasileiro com a promulgação da Constituição de 1988. O parágrafo 4º do art. 226 da Constituição Federal diz que entidade familiar é a comunidade formada por qualquer dos pais e seus(suas) descendentes (BABIUK, 2015). Para a autora, a monoparentalidade feminina deve ser entendida como uma das formas de reafirmação da emancipação social das mulheres na atualidade.

A discussão envolvendo a origem de família monoparental é resultado de diversos fatores, como o princípio da instituição familiar ou consequência de novas expressões sociais (OLIVEIRA & CARVALHO, 2018). A monoparentalidade pode se originar de um divórcio, em que conviviam pais e filhos, mas a partir daí os filhos passam a conviver com apenas um dos membros do então casal; pode ser formada também a partir da morte de um dos cônjuges; de mães solteiras que optaram por viverem só; ou seja, pode se originar das mais diferentes formas onde apenas um dos genitores passa a conviver com seus filhos (BRAIDE, 2006; DINIZ, 2002).

Benatti *et al.* (2021) encontraram experiências positivas e negativas na maternidade monoparental, desafios pós-divórcio, a relevância do apoio social e a adaptabilidade familiar. A pesquisa não identificou diferenças significativas nas competências parentais em relação a famílias nucleares, enfatizando a necessidade de maior atenção às famílias monoparentais masculinas. Famílias monoparentais chefiadas por mulheres enfrentam desvantagens sociais, marginalização, baixa renda e desemprego. A vulnerabilidade econômica feminina, intensificada por salários baixos e encargos domésticos, perpetua essa situação. Estratégias de combate à pobreza, focadas em soluções imediatas, negligenciam as causas estruturais, e projetos familiares carecem de planejamento de longo prazo (CAMAYD e GULI, 2022)

O que vai assegurar relevância e visibilidade social aos estudos sobre as famílias chefiadas por mulheres, ou *mulheres chefes de família*, não é apenas seu relativo crescimento estatístico, mas a precarização das condições de vida dessa população associadas às questões referentes à reestruturação produtiva, às redefinições nas regras do mercado de trabalho e ao papel do Estado. Estes

fenômenos articulam-se a fatores demográficos, como novos fluxos migratórios, redução da fecundidade, o aumento de divórcios, ampliação da expectativa de vida feminina, o crescimento relativo das uniões consensuais, as produções independentes, entre outros. São estes fatores que resultam em novos arranjos monoparentais (MACEDO, 2008).

As mulheres chefes de famílias, em média, são 5 anos mais velhas que os homens chefes; possuem menor nível de escolaridade; têm menor participação no mercado de trabalho e níveis de renda inferiores. A renda é inferior devido a seu menor nível de escolaridade e menor participação no mercado de trabalho formal. A menor participação no mercado de trabalho se dá em virtude da discriminação contra as mulheres. É por esses motivos que os domicílios chefiados por mulheres são mais pobres que os outros tipos de domicílio. Além disso, a situação das crianças e dos adolescentes em domicílios de chefia feminina é pior do que aqueles de outros tipos de domicílio (BARROS; FOX & MENDONÇA, 1997; NOVELLINO, 2008).

Babiuk (2015), destaca que a família monoparental sempre existiu, embora fosse reconhecida somente com a Constituição Federal de 1988, passando de um conceito único e restrito para um conceito plural. Para a autora, as mulheres provedoras de família monoparental feminina atuam sozinhas, exercem diferentes funções e, por vezes, deixam de atender às suas necessidades individuais para se dedicar à família. “Não obstante, as provedoras de famílias monoparentais femininas são estigmatizadas, devido à construção sócio-histórica e cultural que se criou em relação à mulher, tendo como alicerce, uma estrutura patriarcal capitalista” (BABIUK, 2015, p. 181).

Cabe destacar que, embora alguns estudos tenham apontado para uma relação entre a monoparentalidade feminina e pobreza, relacionar a monoparentalidade e pobreza sem considerar todo o contexto histórico, social e econômico que viveram e vivem estas mulheres, pode fazer com que esses grupos familiares sejam vistos apenas como vulneráveis, tornando a figura feminina ainda mais fragilizada na sociedade (AZEREDO, 2010; CARVALHO, 1998; TOLEDO, 2011; VITALE, 2002; OLIVEIRA, CARVALHO, 2018). Ainda que as famílias monoparentais femininas sejam mais suscetíveis à situação de pobreza e vulnerabilidade, pois são responsáveis pelo provimento financeiro e cuidados dos filhos, também são estigmatizadas cotidianamente (CARVALHO, 2018).

Mulheres de origem socioeconômica desfavorecida enfrentam menor escolaridade, maior número de filhos, violência doméstica e dependência de apoio estatal, enquanto a maternidade impacta negativamente a vida profissional de muitas, levando a interrupções no trabalho e desemprego. As mulheres responsáveis por famílias monoparentais frequentemente sustentam sozinhas suas famílias com salários insuficientes, recorrendo a trabalhos informais e apoio familiar, e a ausência dos pais dos filhos impõe ainda mais responsabilidade sobre elas (ARAUJO e CASACA, 2021).

Para superação destes obstáculos, pobreza e estigmatização da mulher monoparental, faz-se necessário políticas públicas capazes de combater a discriminação salarial e a segregação ocupacional, entre outras. Também, deve-se construir políticas específicas para as crianças terem uma maior participação na vida

escolar, evitando com isso a reprodução do baixo nível de escolaridade de suas mães (BARROS, FOX & MENDONÇA, 1997; NOVELLINO, 2008).

A política de proteção à mulher tem potenciais efeitos, pois segundo os dados do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 46,4% das famílias com rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo *per capita*, nas áreas urbanas, tinham a mulher como responsável pela família (IBGE, 2014). Em um acompanhamento histórico (2001 a 2015), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs) demonstrou que as famílias chefiadas por homens aumentaram somente 13% no período, passando de 37,4 milhões para 42,4 milhões. Já o número de famílias chefiadas por mulheres dobrou em termos absolutos, aumentando 105% em 15 anos, passando de 14,1 milhões para 28,9 milhões.

Em relação às características da população em 2015, os dados mostraram que a região Sudeste tem o maior número de mulheres chefes de família (12,3 milhões), seguida pela região Nordeste (8,1 milhões) e região Sul (3,94 milhões). Também se percebe o maior número de mulheres negras e mulheres mais jovens como chefes de família no país. Tais resultados podem ser oriundos da diminuição dos diferenciais de gênero. Ou, ainda, por um aumento nas separações e divórcios ou formação de famílias sem a figura do pai presente no domicílio e, por falta de opção, em que a mulher é a chefe de família por não ter com quem dividir as responsabilidades da família (CAVENAGHI & ALVES; 2018).

No que diz respeito à desigualdade de gênero, segundo Campos et al (2018), ela se revela a partir de vários aspectos, como as questões relacionadas à pobreza, nível de renda, escolaridade, trabalho e, conseqüentemente, na segurança alimentar e nutricional. Ou seja, as autoras sugerem que o histórico de pobreza reflete no nível de educação que, por consequência, reflete nas condições de trabalho que, por sua vez, refletem na renda que leva à insegurança alimentar e nutricional das famílias de mulheres chefes de família.

Tendo em vista a monoparentalidade e a insegurança alimentar, a literatura aponta que mães solteiras e idosos tendem a maior insegurança alimentar devido a uma teia complexa de desvantagens e discriminação (SARKAR; TRAVERSO-YEPEZ; GADAG, 2020). No Brasil, a Segurança alimentar e Nutricional (SAN) é definida pela Lei 11.346 de 15/09/2006, que prevê a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Silva, Silveira e Almeida (2022) argumentam que, apesar do auxílio governamental em países como o Brasil durante a pandemia de Covid-19, a insegurança alimentar aumentou, especialmente em nações já vulneráveis. Sendo assim, a insegurança alimentar é um problema global que afeta países em desenvolvimento e desenvolvidos, considerando que os alimentos não são distribuídos igualmente entre os vários segmentos da população (SARKAR; TRAVERSO-YEPEZ; GADAG, 2020).

No contexto da pandemia, as medidas de bloqueio para controle do vírus afetaram as cadeias de suprimento em todo o mundo. Houve um desequilíbrio entre

demanda e oferta de alimentos, visto o desligamento imprevisto e cessação de instalações de produção, afetando o fornecimento de vários itens alimentares e impactando na segurança alimentar (SHARMA; TYAGI; BHARDWAJ, 2021). Analisando o efeito da COVID-19 nas famílias monoparentais da Malásia, Rahman (2021) evidenciou que havia muitos pais solteiros em situação difícil, necessitando de assistência no âmbito financeiro e alimentar. Portanto, no período da pandemia, as vulnerabilidades financeiras e alimentares foram acentuadas, sendo relevante analisar essa temática.

3 Método

Essa seção apresenta os procedimentos metodológicos que foram adotados para atingir os objetivos da pesquisa, que se caracteriza como descritiva. Os dados foram tratados de forma quantitativa, sendo coletados em duas etapas. Na primeira etapa foram coletados dados secundários do CadÚnico, após a liberação de acesso concedida pela Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social de Sant'Ana do Livramento/RS, por meio de uma parceria entre a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e a referida Secretaria do município.

Para a seleção das respondentes, foram consideradas mulheres, chefes de família monoparental, beneficiadas com o Auxílio Emergencial do Governo Federal e que possuem o Número de Inscrição Social (NIS). Considerando o recebimento da primeira parcela do auxílio emergencial, tem-se uma população de 3.043 mulheres beneficiadas no município, de acordo com dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

Para atingir os objetivos da pesquisa, foi realizada uma amostra aleatória simples com as 3.043 mulheres beneficiárias do Auxílio Emergencial. Considerando a homogeneidade da população e um erro amostral de 5%, foram selecionadas, aleatoriamente, 235 mulheres. Por meio do Sistema CadÚnico foram identificados os contatos, endereços e as variáveis de perfil das mulheres sorteadas, a fim de viabilizar a segunda etapa da pesquisa.

Na segunda etapa foram aplicados, presencialmente, entre junho e novembro de 2021, 235 questionários estruturados em conformidade com os protocolos previamente estabelecidos e aprovados pelo comitê de ética em pesquisa da Unipampa (CAAE nº 36591720.0.0000.5323). Devido à observância e às dificuldades operacionais decorrentes de todas as medidas impostas pela pandemia de COVID-19, fez-se necessário cumprir os seguintes protocolos durante a coleta de dados para todos os pesquisadores envolvidos: i) utilização de máscara e álcool em gel 70%; ii) distância mínima da respondente de 1,50 metros e aplicação do questionário em local aberto e arejado e iii) oferta de máscaras descartáveis e álcool em gel 70%, para as respondentes caso as mesmas não dispusessem ou não estivessem utilizando no momento da chegada no domicílio das mulheres.

Previamente a aplicação do questionário, a participante teve acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que pudesse manifestar verbalmente a concordância com a pesquisa, sendo gravado seu consentimento pelos pesquisadores. O questionário, composto por questões fechadas, buscou coletar informações sobre o impacto socioeconômico do isolamento físico social para

a participante e sua família. Além disso, questionou-se sobre aspectos de trabalho, renda e, em especial, a insegurança alimentar.

O último bloco do questionário buscou investigar a insegurança alimentar, comparando a situação alimentar das respondentes antes e durante a pandemia. Aplicou-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar 2013 (IBGE, 2014). A EBIA “é uma escala psicométrica, que avalia de maneira direta uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, por meio da percepção e experiência com a fome” (SAGI, 2014, p. 03). A EBIA identifica a percepção e vivência de insegurança alimentar e fome no nível domiciliar que expressa acesso aos alimentos e proporciona alta confiabilidade da escala, traduz a experiência de vida com a insegurança alimentar e a fome dos residentes em um domicílio, ou seja, mede a dificuldade de acesso familiar aos alimentos e às dimensões psicológicas e sociais da insegurança alimentar (SAGI, 2014).

Essa escala é composta por 14 questões. Realizou-se uma adaptação com o objetivo de inserir o comparativo entre os períodos mencionados anteriormente, considerando 3 meses antes do início da pandemia da Covid-19, e o período pandêmico, totalizando 28 questões, em uma escala do tipo Likert de frequência. Para análise dos resultados utilizou-se a estatística descritiva e medidas de tendência central. Os níveis de insegurança alimentar foram calculados a partir da classificação proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013).

A classificação da EBIA considera que são famílias em condição de Segurança Alimentar (SA) aquelas em que seus moradores tiveram acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficiente sem preocupar-se com sua falta num futuro próximo. Já no que se refere às famílias com Insegurança Alimentar Leve (SAL), considera-se aquelas que demonstram alguma preocupação com a quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis. As famílias em situação de Insegurança Alimentar Moderada (SAM) consideram-se aquelas nas quais os membros conviveram, em determinado período, com restrição na quantidade de alimentos consumidos. Por fim, a Insegurança Alimentar Grave é identificada quando membros adultos e menores de 18 anos passam por privação de alimentos e conviveram com a fome. O Quadro 1 ilustra as variáveis e as referências utilizadas para as questões relacionadas à (in)segurança alimentar e nutricional.

Quadro 1 - Variáveis utilizadas para insegurança alimentar e nutricional

Variáveis
Antes da (durante a) pandemia, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
Antes da (durante a) pandemia, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
Antes da (durante a) pandemia, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
Antes da (durante a) pandemia, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham por que o dinheiro acabou?

Antes da (durante a) pandemia, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição por que não havia dinheiro para comprar comida?
Antes da (durante a) pandemia, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia por que não havia dinheiro para comprar comida?
Antes da (durante a) pandemia, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, por que não havia dinheiro para comprar comida?
Antes da (durante a) pandemia, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer por que não havia dinheiro para comprar comida?
Antes da (durante a) pandemia, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada por que não havia dinheiro para comprar comida?
Antes da (durante a) pandemia, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida por que não havia dinheiro para comprar comida?
Antes da (durante a) pandemia, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, por que não havia dinheiro para comprar comida?
Antes da (durante a) pandemia, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, por que não havia dinheiro para comprar comida?
Antes da (durante a) pandemia, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu por que não havia dinheiro para comprar comida?
Antes da (durante a) pandemia, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro por que não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: Adaptado da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar para antes e durante a pandemia. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar 2013. Disponível em IBGE (2014)

4 Resultados e discussão

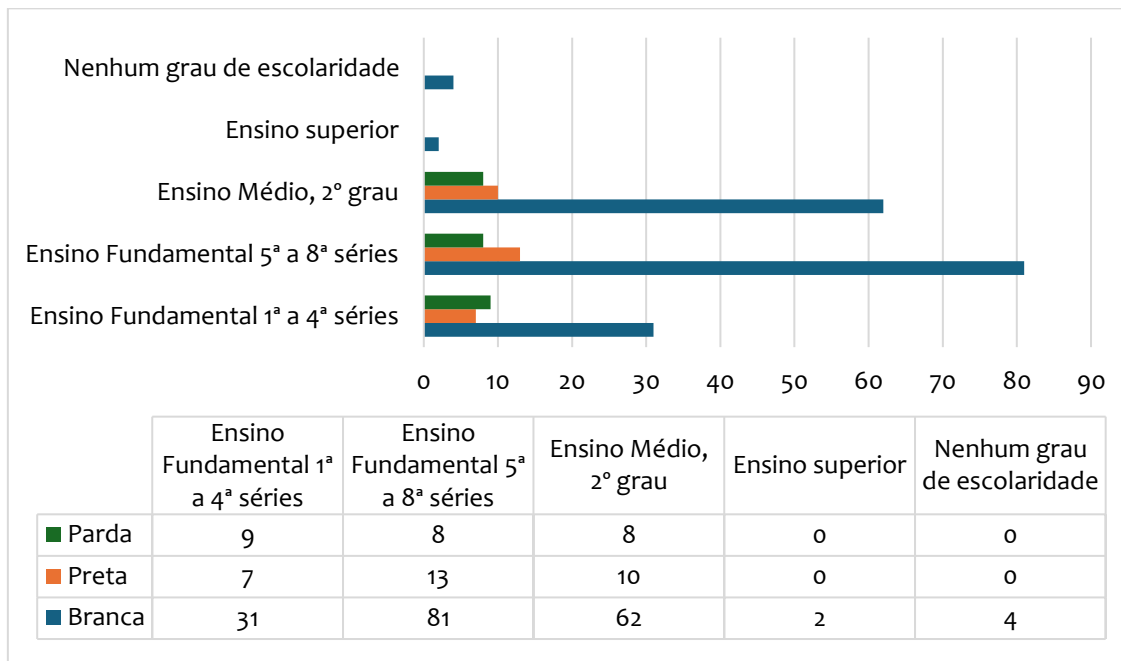
4.1 Perfil das mulheres beneficiadas com o auxílio emergencial no município de Sant'Ana do Livramento – RS

O perfil tratado nesta seção caracteriza-se por questões socioeconômicas e demográficas das 235 mulheres participantes da pesquisa. No que se refere a faixa etária, a grande maioria, 63,40% das mulheres, tem idade entre 31 e 50 anos; em seguida estão aquelas com idade entre 19 e 30 anos, 22,98%; outras 13,62% possuem idade superior a 51 anos. Já no que se refere à raça, 76,60% das mulheres se declaram brancas, 10,64% se declaram pardas e 12,77% se declaram pretas.

No que se refere à escolaridade, 1,70% das mulheres não possuem nenhum nível de escolaridade (4 mulheres); 20% possuem apenas o ensino fundamental de 1º a 4ª série, ou seja, 47 mulheres; 43,40% possuem nível de escolaridade da 5ª a 8ª séries - 102 mulheres; 34,04% possuem o ensino médio - 80 mulheres; e apenas 2 mulheres possuem ou estão cursando o ensino superior, o que equivale a 0,85%. A partir dos resultados observa-se que as mulheres possuem baixa escolaridade, pois 65,11% das mulheres têm formação igual ou inferior ao ensino fundamental. Esses achados

reforçam os estudos de Barros, Fox e Mendonça (1997) e Novellino (2008), que destacam a baixa escolaridade das mulheres chefes de família monoparentais. Os dados estão apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Grau de escolaridade das mulheres que receberam auxílio emergencial no valor de R\$ 1.200,00 (por raça), no município de Sant’ana do Livramento – RS



Fonte: Elaborados pelos autores a partir de dados do CadÚnico (2021).

No que diz respeito à renda antes da pandemia, segundo informações do CadÚnico, grande parte das mulheres (64,25%) encontram-se numa condição de extrema pobreza, ou seja, possuem renda inferior a R\$ 89,00 *per capita*. No Brasil, a linha de extrema pobreza oficial do Plano Brasil Sem Miséria, são consideradas extremamente pobres famílias com renda *per capita* de até R\$ 70,00; esta linha foi atualizada em maio de 2014 para R\$ 77,00 e, até março de 2023 era de R\$ 89,00 *per capita*. A linha de pobreza em 2022 por sua vez é estabelecida no valor de R\$ 178,00.

Cabe destacar que a condição de extrema pobreza é ainda maior entre as mulheres pardas e pretas, sendo equivalente a 80,00% entre mulheres pardas, 76,67% entre mulheres pretas e 60,00% entre mulheres brancas. Reporta-se que

a incidência de extrema pobreza é superior entre mulheres pardas e pretas, comparadas com mulheres brancas. Esse processo faz com que o percentual entre as mulheres pretas fora da linha de pobreza e que possuem renda *per capita* superior a R\$ 178,00 seja também inferior, 14,44% para mulheres brancas; 6,67% para mulheres pretas e; 12,00% para mulheres pardas.

Ao analisar a ocupação das mulheres, é possível verificar que 97,02% não possuem vínculo empregatício, pois 47,66% delas informam que trabalham por conta própria, ou seja, “fazem bico” ou são autônomas e 49,36% não relatam uma ocupação definida.

Tabela 1 – Trabalho e ocupação das mulheres monoparentais

Ocupação	Frequência	Percentual	% acumulado
Empregada com carteira de trabalho assinada	2	0,85	0,85
Empregada sem carteira de trabalho assinada	3	1,28	2,13
Estagiária	2	0,85	2,98
Trabalhadora por conta própria (bico, autônomo)	112	47,66	50,64
Sem ocupação definida	116	49,36	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do CadÚnico (2021)

Esse cenário de informalidade no trabalho pode ser uma das causas da baixa renda identificada na pesquisa. Mais de 60% das mulheres recebem até R\$ 89,00 por mês. Na próxima seção são apresentados os resultados referentes ao período de pandemia, incluindo aspectos do recebimento do auxílio emergencial.

4.2 Isolamento social, trabalho e renda de mulheres chefes de famílias monoparentais durante a pandemia COVID-19

Após analisar o perfil das mulheres participantes da pesquisa, têm-se os resultados referentes ao comportamento delas diante do isolamento social e questões relacionadas ao trabalho e renda na pandemia. Portanto, as respondentes foram indagadas com relação a rotina durante a pandemia, a percepção com relação ao Auxílio Emergencial e questões vinculadas à situação de trabalho e renda.

Levando-se em consideração a rotina adotada pelas mulheres durante a pandemia, evidencia-se que a maioria das respondentes (76,60%) seguiu as orientações de isolamento social, saindo apenas para realizar atividades essenciais, como por exemplo, comprar alimentos e remédios. Em função do isolamento social, as respondentes afirmaram que a rotina de visitas na casa se alterou, sendo que 44,68% das respondentes disseram que não receberam visitas, ou seja, conviveram apenas com os familiares que moram junto. Para aquelas que receberam visitas em seus domicílios, nota-se que a frequência de visitas costuma ocorrer de 1 a 2 vezes por semana e se restringe a alguns parentes próximos (50,64%).

Tendo em vista as medidas de prevenção adotadas pelas mulheres, observa-se que 73,08% das respondentes não testaram positivo para Covid-19, sendo um resultado importante. Em caso de contágio, reporta-se que 13,25% das mulheres testaram positivo para Covid-19, sendo que desse total, 9,83% foram apenas elas próprias. No caso de contágio em outros familiares, observou-se diversidade de respostas, ocorrendo contágio nos filhos, filhas, mães, pais, irmãos, irmãs e outros membros da família das respondentes. Nesse sentido, pode-se observar uma taxa de contágio baixa entre as mulheres, a qual pode estar relacionada com os cuidados vinculados ao distanciamento e isolamento social. O pleno funcionamento do Auxílio Emergencial, permitiu que as trabalhadoras desempregadas ou em situação de vulnerabilidade ficassem em casa. Assim, uma parcela substancial da população brasileira teve a possibilidade de ficar isolada (ALBANI et al., 2022).

Essa questão é ratificada pela importância percebida pelas mulheres do distanciamento social. Quase a totalidade das respondentes (98,30%) afirmou que o

distanciamento social é importante. Apenas 2 mulheres, ou seja, 0,85% disseram que o distanciamento social não é importante e os outros 0,85% se classificaram como indiferentes às indicações de distanciamento social.

Ao considerar a importância do distanciamento social e as responsabilidades das mulheres, verifica-se que a maioria delas afirmou que durante a pandemia suas responsabilidades aumentaram (32,48%) ou aumentaram muito (34,19%), totalizando 66,67% das respondentes. Outro percentual significativo foi referente à situação em que as responsabilidades continuaram iguais (29,91%). Nesse sentido, pode-se inferir que para as mulheres participantes da pesquisa, houve alterações em suas responsabilidades, aumentando seus compromissos durante o período.

As responsabilidades podem ter aumentado em função das medidas de saúde que foram adotadas, as alterações na rotina da casa, em especial, no cuidado com filhos, familiares, as responsabilidades financeiras, entre outras. Em suma, a literatura evidencia que as mulheres são mais pressionadas durante choques adversos, tornando-se financeiramente mais vulneráveis devido ao aumento das responsabilidades em casa (BLUNDELL et al., 2020; BULOG; PEPUR; SMILJANIĆ, 2022; CARLI, 2020; RAHMAN, 2021).

Na sequência da caracterização da rotina das mulheres durante a pandemia, analisou-se a situação de trabalho e renda nesse período. Com relação ao trabalho, questionou-se se as mulheres estavam trabalhando ativamente antes e durante a pandemia e quais suas ocupações, em caso afirmativo. Os resultados referentes à situação de trabalho são expostos na Tabela 2.

Tabela 2 – Situação do trabalho antes e durante a pandemia

Situação de trabalho	Antes da pandemia		Durante a pandemia	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Sim	154	65,53	95	40,77
Não	81	34,47	138	59,23
Total	235	100	233	100

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Os resultados demonstram que antes da pandemia a maioria das mulheres possuía uma ocupação (65,53%), pois afirmaram que estavam trabalhando. No entanto, a principal ocupação relatada pelas respondentes é o trabalho informal (72,73%), ou seja, a realização de “bicos” e/ou atividades sem carteira assinada. No período de pandemia, deve-se salientar que os resultados se modificam, indicando que a maioria das mulheres (59,23%) deixou de trabalhar. Em virtude disso, pode-se inferir que devido a pandemia, as mulheres tiveram sua situação de trabalho alterada, deixando de ter uma renda extra com o trabalho informal, característica generalizada e de gênero dos mercados de trabalho nos países em desenvolvimento (BERNIELL et al., 2021). Esse resultado é corroborado pela literatura, demonstrando que durante a

pandemia as mulheres foram mais afetadas no que tange aos níveis de desemprego (Alon et al., 2020; Carli, 2020).

Em função disso, questionou-se sobre as fontes de renda das mulheres nos períodos de antes e durante a pandemia. No período anterior à pandemia, nota-se maior representatividade do bolsa família (57,02%) e da renda oriunda do trabalho (34,47%). Durante o período pandêmico as beneficiárias do bolsa família passaram a receber o auxílio emergencial, o qual tornou-se então a principal fonte de renda nesse período (91,49%). A renda oriunda do trabalho passou a ser menos representativa, sendo a principal fonte de renda para apenas 5,53% das respondentes.

Com base nisso, questionou-se sobre os efeitos da pandemia na renda, de uma forma geral. Os resultados mostram distintas situações, isto porque 21,03% das mulheres informaram que a renda aumentou, ao mesmo tempo em que 25,75% relataram ter perdido toda a renda e dependerem do auxílio emergencial como forma de subsistência. Esses aspectos são evidenciados na Tabela 03.

Tabela 3 – Situação da renda durante a pandemia da covid-19

Com a pandemia, o que aconteceu com a renda familiar?	Frequência	Percentual
A renda aumentou.	49	21,03
Permaneceu a mesma.	39	16,74
Reduziu em menos da metade	53	22,75
Reduziu mais da metade.	32	13,73
Perdi toda a minha renda e dependo do auxílio do governo.	60	25,75

Fonte: Elaborado pelos autores

Cabe salientar que mesmo que os percentuais estejam distribuídos nas diferentes alternativas, ao analisar a redução e perda de renda, tem-se um percentual acumulado de 62,23%, correspondendo à maioria das respondentes. Com isso, observa-se que a pandemia impactou de forma negativa na renda das mulheres... Para as mulheres que a renda permaneceu a mesma ou aumentou (cenário mais otimista), nota-se um percentual acumulado de 37,77% nessas categorias. Assim sendo, mesmo que ocorram distintas situações no que tange às modificações da renda, o principal resultado é a redução ou perda total de renda, equivalendo à maioria das respondentes e podendo ser um dos aspectos que justificam as dificuldades financeiras enfrentadas pelas mulheres.

Por fim, para complementar as discussões a respeito da renda, foram elencados os resultados referentes a percepção das mulheres no que tange ao auxílio emergencial. Para caracterizar o recebimento do auxílio emergencial, as mulheres foram perguntadas com relação ao número de parcelas recebidas. Os resultados demonstraram que quase todas as mulheres receberam as cinco parcelas no valor de R\$ 1.200,00 reais disponibilizadas pelo governo federal. Para as parcelas de R\$ 600, evidenciou-se que 60,94% receberam quatro parcelas, representando uma a menos que o valor anterior. Além disso, os resultados demonstraram que outros membros da família dessas mulheres não receberam o auxílio emergencial (84,28%), sendo, portanto, esse benefício, exclusivo das mulheres. Após a caracterização das

respondentes, analisou-se a insegurança alimentar e nutricional, apresentando na próxima seção.

4.3 Insegurança alimentar e nutricional das famílias de mulheres chefes de famílias monoparentais antes e durante a pandemia da Covid-19

No que se refere à insegurança alimentar, a presente pesquisa mostra que a situação se agravou durante a pandemia da Covid-19, comparado aos três meses anteriores ao início do período pandêmico. Realizou-se a análise da classificação da insegurança alimentar durante os dois períodos (antes e durante a pandemia). Os resultados estão no Quadro 2.

Quadro 2 - Classificação das famílias de mulheres monoparentais beneficiárias do auxílio emergencial quanto à situação de insegurança alimentar, antes e durante a pandemia da covid-19

Classificação	Antes da Pandemia		Durante a Pandemia	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Segurança alimentar	25	11,26	7	3,10
Insegurança alimentar leve	106	47,75	89	39,38
Insegurança alimentar moderada	48	21,62	47	20,80
Insegurança alimentar grave	43	19,37	83	36,73

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Conforme os dados apresentados no Quadro 2, 11,26% das famílias destas mulheres possuíam segurança alimentar antes da pandemia, sendo esse percentual reduzido para apenas 3,10% durante o período pandêmico. No que se refere à insegurança alimentar leve, o número de mulheres nesta situação se reduziu, comparando o período de 3 meses antes da pandemia e durante a pandemia. Esta redução se deu porque parte destas mulheres foram deslocadas para uma situação mais grave de insegurança alimentar. Se antes da pandemia 47,75% das mulheres viviam em situação de insegurança alimentar leve, este número reduziu para 39,38% durante o período pandêmico. Já, a insegurança alimentar moderada, que atingia as famílias das mulheres antes da pandemia, permaneceu praticamente igual durante o período pandêmico, caindo de 21,62% para 20,80%.

No que se refere à insegurança alimentar grave, a que atinge mulheres e filhos menores de 18 anos, esta se agravou durante a pandemia. Antes do período pandêmico o percentual representava 19,37%, elevando-se para 36,73% durante a pandemia. Os dados mostram o agravamento da situação de insegurança alimentar

grave provocada pela pandemia da Covid-19 sobre as famílias das mulheres chefes de famílias. Os dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, publicado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN (2022), corroboram com esta afirmação, pois demonstram que 63,0% dos domicílios onde uma mulher era a responsável estavam em algum nível de insegurança alimentar. A pesquisa ainda mostrou que, destes 63%, 18,8% estavam em situação de fome. Ao comparar os resultados com a cidade de Sant’Ana do Livramento é possível identificar que a situação no município é pior do que a média nacional, visto que mais de 96% das famílias chefiadas por mulheres apresentava algum grau de insegurança alimentar.

Pela análise dos dados, conclui-se que a segurança alimentar entre as famílias de mulheres monoparentais, que já era baixa antes da pandemia da Covid-19 (11,26%), se agravou durante o período pandêmico, fazendo com que apenas 3,10% destas famílias vivessem em condições de segurança alimentar e nutricional.

Já a prevalência de insegurança alimentar e nutricional durante a pandemia foi encontrada praticamente em 6 de cada 10 famílias de mulheres monoparentais, considerando as formas moderada/grave, número que era de pouco mais de 4 antes do período pandêmico. Se considerarmos as formas leve/moderada/grave, praticamente todas as famílias das mulheres monoparentais vivenciaram algum tipo de insegurança alimentar e nutricional durante a pandemia.

Diante do exposto, além da Pandemia da Covid-19, cabe considerar que outros fatores socioeconômicos contribuíram para o agravamento da fome entre as famílias de mulheres monoparentais que possuem filhos menores de 18 anos. Entre eles estão: pobreza; baixa escolaridade; trabalho informal; perda de renda. De fato, as restrições do governo e as consequências econômicas da pandemia afetam mais as pessoas menos educadas e menos ricas (CLAES; SMEDING; CARRÉ, 2021).

5 Conclusão

A pesquisa teve como objetivo analisar os impactos causados pela pandemia de Covid-19 na insegurança alimentar e nutricional das famílias monoparentais chefiadas por mulheres que receberam o Auxílio Emergencial do Governo Federal. Os dados levantados e analisados durante a pesquisa revelaram as alterações provocadas pela pandemia no nível de trabalho e renda das mulheres. Reporta-se que as mulheres ficaram dependendo do auxílio emergencial, visto que tiveram suas oportunidades de trabalho reduzidas durante a pandemia.

Observa-se que vulnerabilidades, tais como, pobreza das mulheres e nível de escolaridade, poderão estar associadas a condições de trabalho inferiores. Nesse caso, tem-se o trabalho informal, o qual foi apontado como uma fonte de renda para as mulheres monoparentais antes e durante a pandemia. Sendo assim, a insegurança no trabalho e renda poderão influenciar na insegurança alimentar e nutricional, em especial, durante períodos de choques externos, como a pandemia.

No que diz respeito à condição de pobreza e à insegurança alimentar e nutricional entre os domicílios de mulheres chefes de famílias monoparentais, como visto anteriormente, 64,25% das mulheres vivem em condições de extrema pobreza, ou seja, com renda per capita inferior a R\$ 89,00/mês. A baixa renda, ou seja, sua condição de extrema pobreza é um dos fatores que contribui para a insegurança

alimentar e nutricional que envolve a família de mulheres monoparentais. Infere-se que, com poucos recursos financeiros, as mulheres não conseguem adquirir alimentos em quantidade e qualidade suficientes para suprir todas as necessidades familiares. No entanto, cabe destacar que, como apontado por Oliveira & Carvalho (2018) não se deve relacionar monoparentalidade e pobreza sem considerar todo o contexto histórico, social e econômico que viveram e vivem estas mulheres. Seu histórico de pobreza, além de contribuir para a insegurança alimentar e nutricional, também poderá estar associado aos baixos níveis de escolaridade.

Embora o grau de escolaridade destas mulheres seja baixo, 65,11% das mulheres têm formação igual ou inferior ao ensino fundamental, não se deve atribuir ao baixo nível de escolaridade a causa de sua condição de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional, sem conhecer todo histórico socioeconômicos destas mulheres.

No que se refere ao trabalho informal, como apontado anteriormente, antes da pandemia a maioria das mulheres possuía uma ocupação (65,53%), pois afirmaram que estavam trabalhando. A principal ocupação era o trabalho informal, os chamados “bicos”. No período de pandemia, os resultados se modificaram e a maioria das mulheres (59,23%) deixou de trabalhar. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que devido à pandemia, que levou à adoção de medidas de isolamento social, as mulheres tiveram sua situação de trabalho alterada, o que impactou em sua renda e, isso pode ter agravado a condição de insegurança alimentar e nutricional das famílias destas mulheres. Esta alteração na situação de trabalho também afetou a renda destas mulheres.

Assim sendo, o principal resultado é a redução ou perda total de renda, equivalendo à maioria das respondentes e podendo ser um dos aspectos que explica as dificuldades financeiras enfrentadas pelas mulheres, o que acabou por influenciar na insegurança alimentar.

Neste sentido, pela análise dos dados levantados junto ao CadÚnico, bem como do questionário aplicado, observa-se que o Auxílio Emergencial, embora tenha sido essencial, não foi uma medida suficiente para superar a condição de insegurança alimentar grave das famílias de mulheres monoparentais no município de Sant’Ana do Livramento – RS.

Portanto, a análise dos dados, corrobora com o que foi apontado por Barros, Fox e Mendonça (1997) e Novellino (2008) de que as mulheres chefes de famílias possuem menor nível de escolaridade; têm menor participação no mercado de trabalho e níveis de renda inferiores devido a seu menor nível de escolaridade.

Para que o ciclo de insegurança alimentar e nutricional das mulheres chefes de famílias monoparentais seja rompido, faz-se necessário, em primeiro lugar, retirá-las das condições de pobreza. Posteriormente, faz-se necessário criar um conjunto de políticas públicas capaz de elevar o grau de escolaridade destas mulheres e de seus filhos para que, assim, possa ser interrompido a produção das condições de reprodução de pobreza destas mulheres. Como estudos futuros sugere-se o acompanhamento dessas famílias, bem como a aplicação do questionário em período posterior a pandemia, de forma a identificar as condições de recuperação de trabalho, renda e segurança alimentar e nutricional dessas famílias.

REFERÊNCIAS

ALBANI, V. V.L. et al. (2022). On the role of financial support programs in mitigating the SARS-CoV-2 spread in Brazil. *BMC Public Health*, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 1–17. Disponível em: <file:///C:/Users/altac/Downloads/s12889-022-14155-z.pdf>. Acesso em 09 jan. 2023.

ASARE VITENU-SACKEY, P.; BARFI, R. (2021). The Impact of Covid-19 Pandemic on the Global Economy: Emphasis on Poverty Alleviation and Economic Growth. *The Economics and Finance Letters*, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 32–43. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Prince-VitenuSackey/publication/348162269_The_Impact_of_Covid19_Pandemic_on_the_Global_Economy_Emphasis_on_Poverty_Alleviation_and_Economic_Growth/links/5ff1611c45851553a0151517/The-Impact-of-Covid-19-Pandemic-on-the-Global-Economy-Emphasis-on-Poverty-Alleviation-and-Economic-Growth.pdf. Acesso em 09 jan. 2023.

BENATTI, A. P. et al (2021). Famílias monoparentais: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, p. e209634. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/msBd4PpRZXMLT7gyqWFhtVc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 1 abr. 2025.

CLAES, N.; SMEDING, A.; CARRÉ, A. (2021). Mental Health Inequalities During COVID-19 Outbreak: The Role of Financial Insecurity and Attentional Control. *Journal of Business Venturing Insights*, [s. l.], v. 5, n. 4, p. 1–14. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34824863/>. Acesso em: 15 jan. 2023

ZHAO, Linhai et al. (2022). Effects of COVID-19 on Global Financial Markets: Evidence from Qualitative Research for Developed and Developing Economies. *European Journal of Development Research*, [s. l.], n. 0123456789. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35079208/>. Acesso em: 08 de jan. 2022

ALON, T., DOEPKE, M., OLMSTEAD-RUMSEY, J. and TERTILT, M. (2020). The Impact of COVID-19 on Gender Equality. *National bureau of economic research*, Vol. 56 No. 5, pp. 248–248. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w26947/w26947.pdf. Acesso em: 22 de abr. 2022

ARAÚJO, C. L. de; CASACA, S. F. (2021). A vulnerabilidade à pobreza das mulheres responsáveis por famílias monoparentais no Brasil e o papel das políticas públicas. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/20868/1/wp181.pdf>. Acesso em 14 de abr. 2025.

ASARE VITENU-SACKEY, P. and BARFI, R. (2021). The Impact of Covid-19 Pandemic on the Global Economy: Emphasis on Poverty Alleviation and Economic Growth. *The Economics and Finance Letters*, Vol. 8 No. 1, pp. 32–43. Disponível em: <https://archive.conscientiabeam.com/index.php/29/article/view/166>. Acesso em 26 nov. 2022.

AZEREDO, V. G. (2010). Entre Paredes e Redes: o Lugar da Mulher nas Famílias Pobres. *Serviço Social & Sociedade*. (103), 576-590. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ytN3F4Y7zJJG7rn5NBbkHdG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 05 dez. 2022.

BABIUK, G. A (2015). Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e serviço social. Florianópolis, 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_269.pdf Acesso: 08 fev. 2022.

BABIUK, G. A (2014). Monoparentalidade feminina: necessidades sociais e políticas públicas. *Sociologias Plurais: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia*, v. 2, p. 173-183. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/64774/37701>. Acesso em 05 nov. 2022.

BABIUK, G. A. (2015) I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero, raça e serviço social. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180860/Eixo_3_269.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 jul. 2022.

BARROS, R.; Fox, L. & MENDONÇA, R. (1997). Female-headed households, poverty, and the welfare of children in urban Brazil. *Economic Development and Cultural Change*, 45, (2) , 231-257. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/ucpecdecc/v_3a45_3ay_3a1997_3ai_3a2_3ap_3a231-57.htm. Acesso em 10 de mai. 2022.

BLUNDELL, R., DIAS, M.C., JOYCE, R. and Xu, X. (2020). COVID-19 and Inequalities. *Fiscal Studies*, Vol. 41 No. 2, pp. 291–319.

BRAIDO, I. M. (2006). Família Monoparental e seus filhos - como o direito pode agir para dar condição de vida digna a essas crianças. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Franca – SP, Brasil. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp028584.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (2002). Estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em 08 jun. 2022.

_____. Lei nº 13.982 de 2 de abril de 2020 (2020). Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de

prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acesso em 08 jun. 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da informação (2014). Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo técnico nº 01/2014. Acesso em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acesso em 15 jun. 2022.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Ministério da Cidadania (2022). Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em 13 jun. 2022.

BULOG, I., PEPUR, S. and RIMAC SMILJANIĆ, A. (2022). Women's overload during the pandemic: unpaid care work, financial well-being, and stress. *Management: Journal of Contemporary Management Issues*, Vol. 27 No. 1, pp. 123–150, doi: 10.30924/mjcmi.27.1.8.

CAMAYD, Y. R.; GULI, E. N. (2022). Pobreza em famílias monoparentais chefiadas por mulheres. *Sociedad & Tecnología*, v. 5, n. 1, p. 138-152. Disponível em: <https://institutojubones.edu.ec/ojs/index.php/societec/article/view/195/482>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CAMPOS, J. M.; AKUTSU, R. DE C. C. A; SILVA, I. C. R.; OLIVEIRA, K. S.; MONTEIRO, R. (2020) Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco. *Ciência & Saúde Coletiva* abr. 2020, Volume 25, Nº 4 Páginas 1529 – 1538. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4qtnbwDsbs3YdYXWdw6szWs/?lang=pt#>. Acesso em 10 mar. 2022.

CARLI, L.L. (2020). Women, Gender equality and COVID-19. *Gender in Management*, Vol. 35 No. 7–8, pp. 647–655.

CARLOTO, C. M. (2006). A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), 4 (1), 1–17. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/994>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

CARVALHO, L. (1998). Famílias Chefiadas por Mulheres. *Revista Serviço Social e Sociedade*. (57), São Paulo, Cortez.

CEF. Caixa Econômica Federal (2021). Cadastro Único. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/servicos/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>
DINIZ, M. H. Curso de direito civil: direito de família. São Paulo: Saraiva.
FAO – Food and Agriculture Organization of United States. The state of food and agriculture: food systems for better nutrition. Rome, jun. 2013. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i3300e/i3300e.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2022.

_____. (2013). Glossary of selected terms used in the report. New York: Food and Agriculture Organization. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i3434e/i3434e06.pdf>. Acesso: 29 de dez. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em 08 out. 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Cidades e estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/santana-do-livramento.html>. Acesso em jun. 03. 2022.

LABORDE, D., MARTIN, W. and VOS, R. (2020). Poverty and Food Insecurity Could Grow Dramatically as COVID-19 Spreads.

MACEDO, M. dos S. (2008). MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E A PERSPECTIVA DE GÊNERO: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Resenha Temática*, 21 (53). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/8YyhNgtv9dGKNWMLmTXCLgt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em jun. 2022.

MACHADO, M. S. et al (2021). A paternidade na visão de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social. *Psicologia Argumento*, v. 39, n. 103, p. 1-24. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/27284/pdf>. Acesso em: 14 de abr. 2025.

OLIVEIRA, A. R. B. de & CARVALHO, L. F. M. de (2018). FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA E POBREZA: uma abordagem histórica e social. *R. Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, 28 (1), 337-355. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/viewFile/12748/13418>. Acesso em 15 jun. 2022.

SANTOS, J. B. dos & SANTOS, M. S. da C. (2008). Família Monoparental Brasileira. *Rev. Jur.*, Brasília, 10 (92), 01-30, out./2008 a jan./2009. Disponível em:

<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/209/198>. Acesso em 15 jun. 2022.

SARKAR, A., TRAVERSO-YEPEZ, M. & GADAG, V (2020). Food Insecurity Among Single Parents and Seniors: a Case Study in an Urban Population in Canada. *Can. Stud. Popul.* 47, 263–277. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s42650-020-00037-5#citeas>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SILVA, R. K. dos S.; SILVEIRA, I. M.; ALMEIDA, S. G de (2022). Segurança alimentar e nutricional em tempos de COVID-19: uma revisão de literatura. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, [S. l.], v. 3, pág. e59911326895. DOI: 10.33448/rsd-v11i3.26895. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26895>. Acesso em: 14 abr. 2025.

TOLEDO, L. R. M. C. (2011). Famílias Chefiadas por Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social: um estudo. na perspectiva de gênero. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/FAMILIAS_CHEFIADAS_POR_MULHERES_EM_SITUACAO_DE_VULNERABILIDADE_SOCIAL_NEW.pdf. Acesso em 18 jun. 2022.

VALENSISI, G. (2020). COVID-19 and Global Poverty: Are LDCs Being Left Behind?. *European Journal of Development Research*, Palgrave Macmillan UK, Vol. 32 No. 5, pp. 1535–1557.

VITALE, M. A. F. (2002). Famílias Monoparentais: Indagações. *Revista Serviço Social e Sociedade*. (71), São Paulo, Cortez.

VIVEIROS DE CASTRO, T. D. & ALMEIDA, V. (2021). Famílias monoparentais, vulnerabilidade e cuidado. *Revista Brasileira de Direito Civil*, Belo Horizonte, (28), 77-96, abr./jun. P. 77-96. Disponível em: <https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2021/07/626-2194-1-PB.pdf>. Acesso em 12 set. 2022.

ZHAO, L., RASOULINEZHAD, E., SARKER, T. and TAGHIZADEH-HESARY, F. (2022). Effects of COVID-19 on Global Financial Markets: Evidence from Qualitative Research for Developed and Developing Economies. *European Journal of Development Research*, Palgrave Macmillan UK, No. 0123456789, Disponível em: https://eprints.usq.edu.au/view/publisher/Palgrave_Macmillan_Ltd=2E.html. Acesso em 18 set. 2022.

Altacir Bunde. Doutor. Universidade Federal do Pampa, Unipampa, Sant'Ana do Livramento, RS. Rua Barão do Triunfo, 1048 - Bairro Centro - Santana do Livramento, RS. Docente. E-mail: altacirbunde@unipampa.edu.br.

Cassiane da Costa. Doutora. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, UERGS, Unidade de Sant'Ana do Livramento. Rua Rivadávia Corrêa, 825 - Centro, Sant'Ana do Livramento - RS, CEP. 97573-553. Docente. E-mail: cassiane-costa@uergs.edu.br

Vanessa Rabelo Dutra. Doutora. Universidade Federal do Pampa, Unipampa, Sant'Ana do Livramento, RS. Rua Barão do Triunfo, 1048 - Bairro Centro - Santana do Livramento, RS. Docente. E-mail: vanessadutra@unipampa.edu.br.

Silvia Amelia Mendonca Flores. Doutora. Universidade Federal do Pampa, Unipampa, Sant'Ana do Livramento, RS. Rua Barão do Triunfo, 1048 - Bairro Centro - Santana do Livramento, RS. Docente. E-mail: silviaflores@unipampa.edu.br

Submetido em: 03/09/2023

Aprovado em: 06/07/2025

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Altacir Bunde e Cassiane da Costa
Curadoria de Dados (Data curation): Vanessa Rabelo Dutra e Silvia Amelia Mendonca Flores
Análise Formal (Formal analysis): Altacir Bunde e Cassiane da Costa
Obtenção de Financiamento (Funding acquisition): Altacir Bunde
Investigação/Pesquisa (Investigation): Altacir Bunde; Cassiane da Costa; Vanessa Rabelo Dutra e Silvia Amelia Mendonca Flores
Metodologia (Methodology): Altacir Bunde; Vanessa Rabelo Dutra e Silvia Amelia Mendonca Flores
Administração do Projeto (Project administration): Altacir Bunde
Recursos (Resources): Altacir Bunde
Software: Altacir Bunde; Vanessa Rabelo Dutra e Silvia Amelia Mendonca Flores
Supervisão/orientação (Supervision): Altacir Bunde
Validação (Validation): Altacir Bunde; Cassiane da Costa; Vanessa Rabelo Dutra e Silvia Amelia Mendonca Flores
Visualização (Visualization): Altacir Bunde; Cassiane da Costa; Vanessa Rabelo Dutra e Silvia Amelia Mendonca Flores
Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): Altacir Bunde e Cassiane da Costa
Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): Altacir Bunde; Cassiane da Costa; Vanessa Rabelo Dutra e Silvia Amelia Mendonca Flores

Fontes de financiamento: Universidade Federal do Pampa – Unipampa.